
fevereiro de 2021

Revisão de Estudos Científicos, Económicos, sobre Direitos Indígenas, Saúde e outros Estudos Relevantes para a Proposta de Proteção ou Conservação de pelo menos 30% do Planeta até 2030

Em janeiro de 2021, um grupo de cientistas de diversas partes do mundo [lançou um grito de alerta](#): "A humanidade está a causar a perda rápida da biodiversidade e, conseqüentemente, da capacidade da Terra de sustentar vida complexa". Analisado a par de outros estudos, nomeadamente incluindo o [relatório de referência do IPBES](#) (Plataforma Intergovernamental Político-Científica sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistémicos) de 2019, o artigo sublinha a urgência da aprovação de uma estratégia ambiciosa e transformadora para reverter a perda global de biodiversidade, pela Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB).

Este documento tem por objetivo apoiar as Partes nas negociações da CDB, através da compilação, disponibilização de hiperligações e resumo de alguns dos mais importantes estudos científicos, económicos, baseados em direitos, bem como outros, com maior relevância, sobre a perda de biodiversidade e as alterações climáticas. O foco principal é na literatura científica relacionada com áreas protegidas e na proposta de proteger ou conservar pelo menos 30% do planeta até 2030 (30x30).

Esta proposta 30x30 foi integrada na [versão zero atualizada](#) do Quadro Global de Biodiversidade pós-2020, no âmbito da Linha de Ação 2 da Convenção sobre Diversidade Biológica, e é apoiada por mais de 50 países integrantes da [Coligação de Grande Ambição pela Natureza e Pessoas](#).

Designadamente, este documento inclui estudos científicos especializados sobre os seguintes tópicos:

- [Evidência científica para aumentar a meta espacial](#)
- [Evidência para uma abordagem baseada nos direitos à conservação](#)
- [Consequências económicas da perda de biodiversidade](#)
- [Análise do fosso de financiamento da biodiversidade](#)
- [Benefícios económicos da conservação da natureza e proposta 30x30](#)
- [Evidência para uma melhor associação das estratégias climáticas e biodiversidade](#)
- [De que forma pode a conservação da natureza prevenir pandemias](#)
- [De que forma as áreas marinhas protegidas oferecem segurança alimentar e outros benefícios às pessoas](#)

Evidência Científica para Aumentar a Meta Espacial

No final de 2020, o mundo estava perto de alcançar a meta global estabelecida em 2010 de proteger 17% da superfície terrestre e 10% do oceano (Meta 11 de Aichi), embora ainda sejam necessários avanços adicionais para alcançar elementos qualitativos fundamentais dessa meta, incluindo a gestão equitativa e eficaz e foco nas áreas mais importantes para a biodiversidade. Um número crescente de estudos científicos apela a que os líderes mundiais aumentem drasticamente os seus objetivos no que diz respeito a áreas protegidas e conservadas, indicando uma meta transitória, cientificamente válida e necessária para proteger ou conservar pelo menos 30% da superfície terrestre e oceano até 2030.

- [Uma análise dos estudos existentes](#) determinou que, entre 25% e 75% de uma qualquer região deve ser gerida para fins de conservação, a fim de proteger a sua biodiversidade.
- [Uma revisão sistemática da literatura relevante](#) constatou que, em média, 37% de uma área marinha deve ser protegida de forma a atingir as metas ambientais e socioeconómicas dessa região.
- Um [estudo com 335 cientistas de conservação de 81 países](#) determinou haver “apoio muito forte” para conservar uma grande percentagem – “na ordem dos 50%” -- do planeta. O estudo também revelou um consenso generalizado de que a atual meta de proteger 17% da superfície terrestre e das reservas de água doce e 10% do oceano não é suficiente para conservar a biodiversidade.
- Cientistas de referência, incluindo E.O. Wilson, têm defendido a proteção de [metade da Terra](#), defendendo que essa medida protegeria 85% das espécies da extinção.
- Noutro artigo científico de referência publicado na *Science Advances*, mais de uma dúzia de especialistas a nível global alertam para a necessidade de proteger [pelo menos 30% da superfície terrestre e oceano do planeta até 2030](#), para além de reservarem outros 20% do planeta enquanto “áreas de estabilização climática”, a ser protegidas de mudanças em larga escala na cobertura da terra. Segundo os especialistas, ao alcançar estas metas conseguiríamos conservar a biodiversidade e permitir-nos-ia alcançar as metas do Acordo Climático de Paris.
- Em 2019, 145 especialistas de 50 países colaboraram no maior esforço até hoje realizado, para avaliar o estado da biodiversidade a nível mundial. No relatório daí resultante, a [Avaliação Global do IPBES](#), os autores documentaram a dimensão do problema e indicaram aquilo que é necessário para reverter a tendência global de perda de biodiversidade. Uma das principais recomendações foi de “expandir e gerir de forma eficaz a atual rede de áreas protegidas”.
- A recomendação do relatório IPBES para as áreas protegidas foi refletida na [Versão Sumária para Decisores Políticos da 5ª Edição do Panorama da Biodiversidade Global](#),

que apelou a “aumentos significativos”, tanto na dimensão como na eficácia das áreas protegidas.

- Um grupo de especialistas da [União Internacional para a Conservação da Natureza \(IUCN\) publicou uma revisão da literatura](#) sobre conservação baseada na área, tendo concluído que existe vasto apoio à proteção “de entre 30% e 70%, ou até mais” da superfície terrestre e oceano do planeta. Os autores concluíram que o apelo para que 50% da Terra seja protegida “é corroborado por uma série de estudos”.
- Um estudo publicado em fevereiro de 2020 na Revista [Ecography](#) determinou que, ao conservar de 30% da superfície terrestre é possível reduzir o risco de extinção de plantas, aves e mamíferos tropicais em cerca de metade. O artigo foi da autoria de 21 cientistas, líderes em biodiversidade e clima.
- Um relatório publicado em maio de 2020, pela Leopoldina, a Academia Alemã de Ciências, propôs um [plano de ação de dez pontos](#) ao governo alemão e à União Europeia para reverter a perda da biodiversidade. Um dos pilares do plano é a definição de áreas protegidas efetivas em 50% da superfície terrestre e 40% do oceano. Os autores sugerem ainda que a Alemanha e a UE fortaleçam o seu apoio financeiro às áreas protegidas em países em desenvolvimento e países em transição, de forma a compensar a sua pegada ecológica externa. Integrado neste sistema de apoio financeiro, os autores recomendam o investimento de 4.000 milhões de euros anuais em áreas protegidas em África, apelando ainda à comunidade internacional, UE e Alemanha para que estabeleçam um fundo de 35.000 milhões de euros para garantir a proteção efetiva das florestas virgens remanescentes do planeta.
- Num [relatório de outubro de 2020](#), o Conselho Consultivo Alemão sobre Alterações Globais (WBGU) recomendou que fossem efetuadas alterações fundamentais na gestão da terra, de forma a mitigar eficazmente as alterações climáticas, evitar a perda drástica de biodiversidade e tornar os sistemas alimentares globais mais sustentáveis. Integrada nas cinco estratégias-chave de múltiplos benefícios, os autores recomendaram a expansão de áreas protegidas de forma a integrar 30% da superfície terrestre, enquanto se aplicam, de forma consistente, critérios de qualidade aprovados a nível internacional. Recomendaram ainda que os países industrializados dedicassem mais financiamento público, sempre que possível em combinação com financiamento privado, de forma a expandir e melhorar os sistemas de áreas protegidas, tanto a nível interno, como em países em desenvolvimento. A fim de garantir a eficácia da conservação das regiões habitadas por Povos Indígenas e Comunidades Locais (IPLCs), os direitos e conhecimento tradicionais desses grupos deverão ser formalmente reconhecidos pela ONU e pelos governos nacionais.
- Em setembro de 2020, foi publicado um artigo intitulado [Uma “Rede Global de Segurança” para reverter a perda de biodiversidade e estabilizar o clima da Terra](#), que apela ao estabelecimento de uma meta baseada na área, de pelo menos 50%. A Rede

Global de Segurança debruça-se sobre a forma como a expansão da conservação da natureza aborda as ameaças interrelacionadas da perda de biodiversidade e alterações climáticas. Esta estrutura demonstra que, para além dos 15,1% da superfície terrestre atualmente sob proteção, são necessários 35,3% de forma a conservar locais adicionais de importância fundamental para a biodiversidade e estabilização do clima. As terras indígenas sobrepõem-se em larga escala à Rede Global de Segurança, evidenciando a importância fulcral dos povos indígenas na conservação da biodiversidade.

- Um [artigo de março de 2020](#) concluiu que as alterações ambientais se têm vindo rapidamente a acelerar e que será necessário garantir que as áreas protegidas abranjam um conjunto diversificado de condições ambientais para permitir que as espécies se adaptem. De forma a apoiar a adaptação de 19.937 espécies de vertebrados a nível global, os autores determinaram que a meta de área protegida teria que ser aumentada dos atuais 17% para 33,8% da superfície total da terra.
- Um [artigo de abril de 2019](#) determinou que, para minimizar o risco de extinção dos mamíferos terrestres do mundo, 60% da superfície terrestre (com a exceção da Antártida) teria de ser alvo de algum nível de proteção.
- Um artigo de novembro de 2019 fez uma estimativa da extensão mínima de superfície terrestre necessária para proteger alguns dos mais importantes locais a nível da biodiversidade, tendo determinado que [pelo menos 43,6% da superfície terrestre](#) requer cuidados efetivos a nível de conservação.
- Um [artigo recente](#) analisou cenários de como a conservação terrestre poderia ser otimizada para melhorar os resultados a nível da biodiversidade, carbono e água. Os autores concluíram que, ao selecionar 30% das áreas com melhores classificações, conservar-se-ia 62,4% do total estimado de carbono armazenado e 67,8% do total das reservas de água potável, para além de melhorar o estado de conservação de 69,7% do total das espécies analisadas. Ao proteger os 50% com melhores classificações, conservar-se-ia 86,8% do total de carbono armazenado, 90,7% do total das reservas de água potável e o estado de conservação de 83,8% do total das espécies analisadas seria alvo de melhorias.

Evidências de uma Abordagem Baseada nos Direitos à Conservação

As identidades, culturas, espiritualidade e estilos de vida dos Povos Indígenas e Comunidades Locais (IPLCs) são indissociáveis da biodiversidade. A expansão do reconhecimento dos direitos fundiários dos IPLCs é uma solução eficaz, moral e acessível, para proteger o nosso mundo e prevenir violações dos direitos indígenas, que têm historicamente marcado muitas estratégias tradicionais de conservação. Segue-se um resumo de estudos recentes relevantes sobre este tema.

- A [Avaliação Global do IPBES](#) sublinhou que os Povos Indígenas e as Comunidades Locais são fundamentais para a conservação da biodiversidade. Os autores constataram que 35% das áreas atualmente sob proteção formal e 35% das superfícies terrestres remanescentes com intervenção humana muito baixa são tradicionalmente detidas, geridas, utilizadas ou ocupadas por povos indígenas. “Reconhecer o conhecimento, as inovações, práticas, instituições e os valores dos povos indígenas e das comunidades locais e garantir a sua inclusão e participação na governação ambiental, muitas vezes leva à melhoria da sua qualidade de vida e promove a conservação, restauração e uso sustentável da natureza”, segundo os autores.
- Povos indígenas, comunidades locais e afrodescendentes — cerca de 2,5 mil milhões de pessoas — gerem de forma tradicional mais da metade das áreas terrestres a nível mundial, apesar de, atualmente, os governos os reconhecerem enquanto legítimos proprietários de apenas 10% dessas áreas, de acordo com [um relatório recente](#) da Iniciativa de Direitos e Recursos. Os autores descrevem a medida em que a posse insegura, contestada e injusta de terras e florestas prejudica os esforços internacionais de proteção, gestão e restauração da natureza. Por essas razões, concluem, os governos procuram cada vez mais reconhecer e fortalecer os direitos dos povos indígenas, afrodescendentes e comunidades locais às suas próprias terras.
- Um [Relatório](#) da Iniciativa de Direitos e Recursos defende a adoção de uma abordagem à conservação baseada em direitos. Os autores observam que, embora a atual versão do Quadro pós-2020 da Convenção sobre Diversidade Biológica inclua a meta de salvaguarda de pelo menos 30% do planeta, não garante que os direitos dos Povos Indígenas (IPs), Comunidades Locais (LCs) e Afrodescendentes (ADs) sejam plenamente respeitados e promovidos. Segundo os autores, se os agentes da conservação, governos e IPs, LCs e ADs trabalharem em parceria, este novo quadro global a 10 anos poderá ativamente ressarcir a história colonial da conservação e começar a “descolonizar a conservação”, através de abordagens de conservação lideradas pelas comunidades.
- [Uma análise](#) publicada em 2019 constatou que as terras geridas pelos Povos Indígenas da Austrália, Brasil e Canadá evidenciavam ligeiramente maior riqueza a nível de espécies de vertebrados, quando comparadas com outras áreas protegidas. Os autores concluíram que as parcerias com as comunidades indígenas podem ajudar a fortalecer a proteção da terra para a conservação da biodiversidade.

Consequências Económicas da Perda de Biodiversidade

A travagem da perda de biodiversidade não beneficia apenas a vida selvagem. Faz também sentido do ponto de vista económico e financeiro: todos lucrámos com a proteção da natureza. A secção seguinte sumariza os principais estudos sobre o impacto económico da perda da biodiversidade.

- Um [estudo](#) de 2014 determinou que, anualmente, a natureza oferece mais de 125,000,000 milhões USD em serviços ecossistêmicos essenciais que sustentam o bem-estar humano e o desenvolvimento económico, incluindo: água potável e solo fértil, estabilização do clima e polinização das culturas que consumimos. O estudo constatou que esses serviços ecossistêmicos são até 40% mais valiosos do que o [PIB anual global](#). No entanto, o preço desses serviços normalmente não é avaliado nem contabilizado nos mercados globais. O que significa que são sobre-explorados e vastamente subfinanciados. O estudo também constatou que a destruição da natureza pelo ser humano resulta numa [perda económica anual estimada em 1.400.000 milhões USD](#), equivalente a 1,6% do [PIB global](#).
- O [Relatório de Riscos Globais 2020](#) do Fórum Económico Mundial (FEM) classifica a perda de biodiversidade e o colapso do ecossistema como um dos cinco principais riscos em termos de probabilidade e impacto na próxima década.
- No relatório do mês de janeiro de 2020, [Risco Crescente da Natureza](#), o FEM estima que a geração de valor económico no montante de 44,000,000 milhões USD – mais de metade do PIB global – depende muito ou moderadamente da natureza e dos seus serviços. O relatório conclui que a perda da natureza afeta as operações de negócios, as cadeias de distribuição e os mercados.
- Uma análise do [Swiss Re Institute](#) constatou que 55% do PIB global depende de serviços de biodiversidade e ecossistemas altamente funcionais. O estudo revelou que um quinto dos países a nível mundial corre o risco de os seus ecossistemas entrarem em colapso devido ao declínio da biodiversidade e serviços relacionados.

Análise do Fosso de Financiamento da Biodiversidade

Os benefícios – económicos e outros -- de travar a perda de biodiversidade são vastos. No entanto, quando se trata de financiar a proteção da natureza, ainda estamos muito aquém de onde precisamos estar. A seção seguinte resume a literatura recente, ajudando a esclarecer a dimensão do fosso de financiamento da biodiversidade.

- A [Revisão Dasgupta](#) do Tesouro do Reino Unido estabelece um quadro económico útil, para perceber de que forma a economia global está incorporada na natureza e a razão pela qual as nossas instituições e mercados têm falhado na valorização, investimento e proteção adequados da natureza. O relatório define o capital natural como um ativo, semelhante ao capital construído e ao capital humano, e descreve a má gestão, a nível mundial, do portfólio de ativos, sub-investindo na natureza. Isto deve-se a falhas institucionais e de mercado, incluindo na determinação adequada do justo valor dos serviços que a natureza proporciona de forma gratuita e a dificuldade de definir e fazer

cumprir direitos de propriedade. Esta situação é um exemplo clássico da tragédia dos comuns¹.

- Um [relatório](#) de setembro de 2020 de autoria do Instituto Paulson, em colaboração com o Instituto de Conservação da Natureza (TNC) e a Universidade de Cornell, quantificou a diferença entre os níveis atuais de gastos e o montante necessário anualmente para proteger a biodiversidade mais relevante, bem como os serviços que esta presta, e a transição para um sistema de agricultura sustentável, silvicultura e pesca. Os autores calcularam que este “fosso de financiamento da biodiversidade” é, em média, de 711 mil milhões USD/ano, equivalente a 0,8% do PIB global. Os gastos globais atuais com a biodiversidade são de 133 mil milhões USD comparados com o total necessário de 844 mil milhões USD; significa isto, que precisamos de aumentar o financiamento em mais do quádruplo.
 - O relatório faz nove recomendações, agrupadas em três categorias: redução de danos à biodiversidade, geração de novas receitas e catalisação de maiores benefícios, utilizando de forma diferente os fundos existentes. Algumas recomendações incluem: a reforma de subsídios nocivos; a expansão de produtos financeiros verdes; e o aumento do investimento em infraestruturas naturais.
 - Tradicionalmente, a grande maioria dos fundos para a conservação da biodiversidade tem origem governamental. Embora o relatório denote que há grande potencial para o setor privado ajudar a reduzir o fosso de financiamento da biodiversidade, é necessária a atuação dos governos. Concluem os autores: **“O setor privado pode desempenhar um papel fundamental, mas cabe aos governos abrir caminho.** Os governos precisam de colocar em prática o contexto regulatório certo, incentivos inteligentes e estruturas de mercado que permitam catalisar os fluxos financeiros do setor privado para a conservação da biodiversidade e apoiar os esforços das empresas privadas para promover a produção agrícola, florestal e pesqueira sustentáveis nas suas cadeias de distribuição.”
- O [relatório](#) 2020 do Banco Mundial sobre o papel do financiamento privado para a natureza reitera as conclusões do relatório Paulson/TNC/Cornell e ressalta que os governos e os reguladores “têm a chave para mobilizar o financiamento privado à escala necessária para transformar a forma como construímos, produzimos e consumimos, a fim de proteger a natureza e, simultaneamente, promover a redução da pobreza de forma sustentável”.
- O [Pequeno Livro de Investimento na Natureza](#) de 2021 da Global Canopy tem por base dados do relatório Paulson/TNC/Cornell e oferece um guia simples para os governos e decisores políticos sobre como financiar a biodiversidade.

¹TN: Em referência à Câmara dos Comuns britânica, *House of Commons*, câmara baixa do parlamento britânico.

Benefícios Económicos da Conservação da Natureza e Proposta 30x30

Os estudos recentes deixam claro que o investimento na conservação da natureza tem retornos financeiros e não económicos positivos e pode ser um motor do crescimento económico e não uma fonte de drenagem dos recursos. Estes estudos incluem a avaliação da proposta de proteção pelo menos 30% do planeta até 2030.

- Num [relatório](#) publicado em 2020, o Fórum Económico Mundial determinou que a transição para uma economia de positividade relativamente à natureza poderia gerar anualmente até 10.100.000 milhões USD em valor de negócios e criar 395 milhões de postos de trabalho até 2030.
- Um [relatório](#) de 2020 da Universidade de Cambridge determinou que, a proteção de 30% da superfície terrestre e oceano do planeta gera maiores benefícios do que o status quo, tanto em termos de resultados financeiros como de medidas não monetárias, tais como os serviços ecossistémicos. Os autores concluíram que esses benefícios superam os custos, no mínimo, à razão 5 para 1. Com base no trabalho de mais de 100 cientistas e economistas, o relatório apresenta a avaliação global mais abrangente dos impactos financeiros e económicos das áreas protegidas já concluídas.
- A McKinsey também concluiu recentemente uma análise do impacto económico da proteção de 30% de proteção no seu relatório: [Valorização da Conservação da Natureza](#). Os autores determinaram que o aumento das áreas protegidas para 30% da superfície terrestre e oceano sustentaria 30 milhões de postos de trabalho nas áreas do ecoturismo e pesca sustentável, adicionando diretamente 650.000 novos postos de trabalho em gestão da conservação e sustentaria 500.000 mil milhões USD do PIB em ecoturismo e pesca sustentável. Outros benefícios incluem: a redução das emissões de CO2 em 2,6 gigatoneladas anualmente, a diminuição do risco de doenças zoonóticas e mais do dobro dos habitats protegidos de espécies em vias de extinção.
- Em [África: O Continente da Conservação](#), que resulta de uma colaboração entre a Fundação Brenthurst e a Fundação Hailemariam e Roman, os autores argumentam que proteger a biodiversidade é fundamental para uma África próspera, saudável e sustentável num futuro pós-Covid19. Tendo em conta que os líderes africanos consideram, enquanto imperativo de longo prazo, a diversificação e transformação económica, estes têm oportunidades importantes para afetar uma parte significativa da superfície terrestre para a conservação, abrindo um novo caminho para o turismo sustentável. Os autores defendem que, fazendo uma aposta política significativa no meio ambiente hoje poder-se-ão rapidamente alcançar grandes dividendos. Acrescentam ainda que proteger a biodiversidade vai além das receitas diretas do turismo e das viagens; ao não agir agora significa que as pressões sobre o mundo natural continuarão a ameaçar fontes seguras de água potável, a sobrevivência a longo prazo da vida selvagem, a prosperidade de comunidades remotas e a capacidade da

natureza de nos proteger de futuros desastres naturais, incluindo pandemias e alterações climáticas.

- Na Europa, o [Teste de Esforço Natura 2000](#) demonstrou que os benefícios da proteção chegam a 200-300 mil milhões EUR por ano e excedem em muito os custos estimados em cerca de 6 mil milhões EUR anuais. O investimento na rede natura 2000 de áreas protegidas deverá sustentar até [500.000 postos de trabalho](#).
- Um [estudo](#) sobre o impacto económico do Sistema Nacional de Parques dos EUA (NPS) determinou que o NPS gerou 340.500 postos de trabalho e 41,7 mil milhões USD de produção económica em 2019, um [retorno dez vezes superior](#) ao orçamento anual de 4 mil milhões USD do NPS.
- A natureza e as áreas protegidas sustentam o [setor de recreação ao ar livre dos EUA de 427 mil milhões USD](#), que representa 2,2% do PIB dos EUA e que tem um crescimento mais rápido do que a economia global dos EUA. O setor de recreação ao ar livre contribui mais para o PIB dos EUA do que a [totalidade da indústria mineira](#), incluindo a extração de petróleo e gás.
- Há também evidências empíricas de que o valor líquido atual das áreas marinhas protegidas no-take poderá ser entre [4 e 12 vezes superior](#) à situação contrafactual sem reservas.

Evidência para uma Melhor Associação das Estratégias Climáticas e Biodiversidade

A mais recente investigação evidencia que a travagam da perda de biodiversidade anda a par e passo com a proteção climática. Na verdade, há cada vez maior evidência científica de que, uma não pode ser alcançada sem a outra.

- [O Relatório Nexus](#), divulgado em novembro de 2020, conclui que “soluções baseadas na natureza” -- incluindo proteção em larga escala das florestas tropicais e ecossistemas costeiros -- devem desempenhar um papel fundamental na abordagem aos três maiores riscos para a humanidade: perda de biodiversidade, alterações climáticas e o surgimento de doenças zoonóticas. O relatório oferece orientações concretas sobre como transformar soluções baseadas na natureza numa “vitória tripla” para a biodiversidade, alterações climáticas e proteção contra futuras pandemias. Os autores sublinham a importância de alcançar um acordo na 15ª Conferência das Partes da CDB para proteger pelo menos 30% da superfície terrestre e oceano do nosso planeta até 2030, enquanto que estabelecem uma meta concreta e ambiciosa de restauração.
- Estudos do instituto de Conservação da Natureza (TNC) e de outras 15 instituições revelaram que as soluções climáticas naturais – nomeadamente a reflorestação e

restauração costeira -- podem [proporcionar mais de um terço das ações rentáveis](#) necessárias à manutenção do aquecimento global abaixo de 2°C.

- Uma revisão de estudos marinhos revelou que as áreas marinhas totalmente protegidas (no-take, *i.e.*, sem pesca) [mitigam os efeitos das e promovem a adaptação às](#) alterações climáticas. Nomeadamente, Áreas Marinhas Protegidas (AMPs) no-take bem geridas promovem a adaptação, dos ecossistemas marinhos e das pessoas, a cinco dos principais impactos das alterações climáticas: acidificação, subida do nível do mar, intensificação de tempestades, alterações na distribuição das espécies e diminuição da produtividade e disponibilidade de oxigénio, bem como seus efeitos cumulativos.
- O Sir Robert Watson, a única pessoa a presidir tanto à Plataforma Intergovernamental de Política Científica sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistémicos (IPBES), quanto ao Painel Intergovernamental sobre Alterações Climáticas (IPCC) resumiu a importância de abordar a biodiversidade a par das crises climáticas, num Op-Ed publicado no The Guardian, sob o título: [A perda da biodiversidade é tão catastrófica como as alterações climáticas](#). Sir Watson declarou, “não podemos resolver as ameaças relacionadas com as alterações climáticas induzidas pelo ser humano e com a perda da biodiversidade isoladamente. Ou resolvemos ambas ou não resolvemos nenhuma.”
- A proteção, restauração e gestão sustentável dos ecossistemas naturais, tais como as florestas primárias, pântanos, mangazais e turfeiras, poderá ser responsável por mais de 30% das ações globais necessárias para evitar os piores cenários climáticos. No entanto, atualmente, apenas [3%](#) do financiamento para as questões climáticas se destina a soluções climáticas. Porém, nem todas as soluções baseadas na natureza promovem a biodiversidade. Um [mau planeamento de plantações de árvores](#), por exemplo, poderá acarretar mais prejuízos do que benefícios.
- Um estudo divulgado em novembro de 2020 pelo Centro Mundial de Monitorização da Conservação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP-WCMC) ressalta a dimensão da recompensa em causa, por integrar a ação para salvar a natureza e combater as alterações climáticas. O [relatório](#) conclui que, a conservação de 30% da superfície terrestre em locais estratégicos poderá proteger 500 gigatoneladas de carbono armazenado na vegetação e nos solos – cerca de metade do armazenamento mundial de carbono terrestre vulnerável – e reduzir o risco de extinção de quase 9 em cada 10 espécies terrestres ameaçadas. O relatório sublinha a necessidade de coordenar áreas prioritárias para conservar tanto a biodiversidade como o carbono armazenado, de forma a cumprir as metas ambiciosas relativas tanto à natureza como ao clima. Os autores sublinham que, ações que rentabilizem soluções baseadas na natureza e que se baseiem na tomada de decisões inclusivas, que reconhecem os direitos dos Povos Indígenas e Comunidades Locais, são especialmente fundamentais na luta contra as alterações climáticas e perda de biodiversidade.

De que forma pode a Conservação da Natureza Prevenir Pandemias

A pandemia COVID-19 demonstrou a importância global de uma das mais importantes funções que as áreas naturais saudáveis oferecem à humanidade: um tampão contra o surto de novas doenças.

- O [#PandemicsReport](#) do IPBES oferece uma das análises com maior robustez científica, desde o início da pandemia COVID-19, sobre as associações entre o risco pandemia e a natureza. Os autores descrevem de que forma os decisores políticos podem reduzir o risco de propagação de novos agentes patogénicos através da redução dos contatos entre a vida selvagem, a pecuária e os seres humanos. As medidas recomendadas incluem a conservação de áreas protegidas e a implementação de políticas que limitem a exploração insustentável de áreas ricas em biodiversidade.
- [Um estudo](#) publicado em outubro de 2020 constatou que a gestão eficaz e equitativa das redes de áreas protegidas “pode e deve fazer parte da resposta para reduzir o risco de futuras pandemias zoonóticas”. Os autores afirmam que, ao manter a integridade do ecossistema, as áreas protegidas desempenham um papel fundamental na proteção contra o surto de novas doenças.
- Numa [análise de julho de 2020](#) publicada na Revista *Science*, um grupo de 17 investigadores descobriu que a taxa crescente de propagação de doenças na população humana tem sido impulsionada pela perda e fragmentação sem precedentes das florestas tropicais e pelo aumento da comercialização de animais selvagens. Os autores avaliaram o custo de monitorização e prevenção dessa propagação, concluindo que o custo com a prevenção seria substancialmente inferior aos custos (tanto em termos económicos, como de vidas humanas) com a resposta a esses patógenos após o seu aparecimento.

De que forma as Áreas Marinhas Protegidas Oferecem Segurança Alimentar e outros Benefícios às Pessoas

Algumas pessoas poder-se-ão preocupar com o facto de, a expansão das áreas protegidas poder resultar na redução da quantidade de alimentos disponíveis para aqueles que vivem nas e em torno dessas áreas. No entanto, os cientistas demonstram que o contrário é verdade.

- Num [estudo](#) publicado em novembro de 2020, um grupo de investigadores descobriu que a localização estratégica das áreas marinhas protegidas (AMPs) em zonas de pesca em situação de sobrepesca poderá ter benefícios importantes, tanto para a conservação como para a oferta de alimentos. Os investigadores concluem que uma expansão estratégica de 5% da rede global existente de AMPs poderá melhorar a captura futura de peixes em pelo menos 20%.

- Um estudo *in press* na Revista *Nature* (que será publicado em março) também comprova que a proteção plena de maiores extensões do oceano traria múltiplos benefícios, nomeadamente o aumento da segurança alimentar, especialmente para países de baixo rendimento com zonas de pesca sobre-exploradas.
- Um [estudo](#) publicado em janeiro de 2021 documentou a capacidade das áreas marinhas protegidas de beneficiar a pesca local, através da análise da pesca da lagosta no sul da Estado da Califórnia. Os autores observaram uma maior concentração de lagostas dentro das AMPs, relativamente às áreas desprotegidas, e demonstraram que uma redução em 35% na área de pesca no seguimento da designação de AMP resultou num aumento de 225% na captura total ao fim de seis anos, indicando que, à escala local, a substituição de áreas de pesca por zonas de pesca proibida favoreceu as zonas pesqueiras.
- Um novo estudo sobre perceções sociais e eficácia ecológica em 18 áreas marinhas parcialmente protegidas e 19 áreas marinhas totalmente protegidas, em comparação com 19 áreas abertas ao longo de 7.000 km da costa do sul da Austrália determinou que, as áreas parcialmente protegidas (que permitem alguma pesca) não tinham quantidade de peixe, invertebrados e algas em níveis superiores aos observados em áreas abertas; a sua existência não era bem entendida pelos utilizadores da costa; não eram mais vantajosas do que as áreas abertas; e não havia a perceção de terem vida marinha superior à existente em áreas abertas. Por outras palavras, [apenas as áreas no-take](#) tinham capacidade de restabelecer a biodiversidade e beneficiavam as população local.